

Quadro sucessório complicado

Ives Gandra da Silva Martins

Apesar de todos desmentidos oficiais, o País não vai bem. O desemprego é cada vez maior; a Federação não cessa de crescer aumentando custos que têm de ser sustentados pelo povo; os déficits públicos se multiplicam em todas as unidades federativas; a empresa nacional é sucata e perde a batalha da competitividade de mercado, pressionada por câmbio defasado, juros escorchantes e carga tributária, não só cumulativa, como elevadíssima para um país emergente: as contas externas e, principalmente, a balança comercial continuam apresentando penosos resultados negativos; e não há política industrial, tributária e social que sejam dignas desse nome.

Todo o sucesso do governo federal resume-se na manutenção de âncora cambial e monetária, que tem sustentado a estabilidade da moeda, graças a reservas elevadas por força de juros escorchantes e a importação de produtos estrangeiros, que deprime os preços nacionais, por aqui chegarem com dólar desvalorizado, carga tributária cumulativa menor e juros pagos em seus países de origem a taxas incomensuravelmente mais reduzidas do que aquelas suportadas por financiamentos obtidos pelos heróicos produtores nacionais.

Neste quadro recessivo, os candidatos à Presidência e aos governos estaduais são os mesmos do passado. PSDB, PMDB, PFL, PPB e PT trazem as velhas fórmulas e os velhos candidatos, com uma ou outra exceção, que, todavia, também não inova, por falta de carisma próprio ou discurso

atualizado para enfrentar os grandes desafios do século 21.

Quando a Academia Internacional de Direito e Economia publicou, em 1997, livro com 28 estudos de seus 50 membros, todos eles de expressão nacional e internacional, tais como Miguel Reale, Roberto Campos, Delfim Netto, Julian Chacel, Francisco Rezek, Arnoldo Wald, entre os brasileiros, e Oliver Oldmann, Eusébio González Garcia, Diogo Leite de Campos, entre os acadêmicos internacionais, ali foram diagnosticados problemas no Brasil e no mundo que apenas serão superados pela conjunção de esforços de

ção, por seus diversos candidatos, restringe-se a atacar a crise social, sem nenhuma proposição digna desse nome para eliminá-la com eficácia, numa clara demonstração do deserto de estadistas em que o País se converteu.

O fantástico, o imenso, o incommensurável problema de um Estado maior do que o PIB não entra no discurso de nenhum deles, nem mesmo do governo federal, que pretende, com a reforma administrativa, previdenciária e tributária (falo do PEC 175, pois não possui ainda as projeções da proposta dos secretários Everardo Maciel e Pedro Parente), exclusivamente reduzir um

O FANTÁSTICO, O IMENSO PROBLEMA DE UM ESTADO MAIOR DO QUE O PIB NÃO ENTRA NO DISCURSO DE NENHUM CANDIDATO

intelectuais idealistas e de políticos com visão de estadista, risco de a explosão de problemas sociais e econômicos gerar instabilidade permanente, em todos os países. O livro, intitulado *Desafios do Século XXI*, identifica e sugere soluções para múltiplos problemas que a humanidade enfrentará na dobra do milênio.

Não se vê, todavia, nenhum dos candidatos, principalmente os que postulam a Presidência, levantando quaisquer dos problemas lá antecipados. Os representantes da situação limitam-se a falar da estabilidade monetária, sem apresentar propostas convincentes para debater a crise social e econômica. A oposi-

pouco as despesas da União, mas à custa de aumentar consideravelmente a carga tributária sobre o brasileiro, que deverá chegar, sem reforma, no ano de 1998, a 33% sobre o PIB, ou seja, a mesma carga que os americanos pagam para sustentar a Federação dos Estados Unidos, que presta, todavia, serviços públicos dignos do que recebe.

O brasileiro suporta carga tributária de país civilizado e recebe serviços públicos dignos de Ruanda, Uganda e Etiópia.

Neste quadro, mais uma vez o eleitor deverá votar, seja para presidente, seja para governador, não no melhor, mas no menos ruim, na esperança de que este se sensibili-

ze e passe a enfrentar o único problema que realmente o País possui, que é o tamanho da Federação.

Se reduzirmos o Estado a proporções que permitam a prestação de serviços públicos com os recursos retirados da sociedade por meio dos tributos, os problemas de desemprego, sucata empresarial, competitividade internacional, crise social e econômica seriam reduzidos a uma expressão consideravelmente menor, podendo ser administrados e combatidos.

Enquanto, todavia, os políticos pensarem exclusivamente na manutenção e na conquista do poder, sem programas consistentes e sem perspectivas corretas dos desafios a serem enfrentados, estou convencido de que o quadro sucessório continuará complicado. Faz-me lembrar a historietinha que se conta de uma cidadã da Checoslováquia que, em 1937, temerosa do advento da 2ª Guerra Mundial, pretendia deixar a Europa. Na agência de turismo, procurava no mapa-múndi um lugar suficientemente distante do futuro conflito. E percebendo não haver lugar seguro, porque todos os países dos demais continentes poderiam por esta ou aquela razão envolver-se na guerra, perguntou ao paciente agente de passagens: "O senhor não teria um outro mapa?" Às vezes, fico pensando: será que não haveria outras alternativas para sucessão?

Ives Gandra da Silva Martins
é professor emérito da
Universidade Mackenzie